



## Memória da 19ª Reunião do Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil

**Data:** 29 de abril de 2026  
**Horário:** 15h30  
**Local:** Plataforma Teams

### Lista de Presença:

Nome	Membro	Órgão
Robinson Sakiyama Barreirinhas	Titular	RFB
Adauto Modesto Junior	Suplente	MGI
Paula Albuquerque Mello Leal	Suplente	Casa Civil
Fábio Franco Barbosa Fernandes	Suplente	MF
Juliano Brito da Justa Neves	Secretaria Executiva	RFB
Pedro Henrique Magalhães de Magalhães	Secretaria Executiva	RFB
Daniel Tavares Vale Alencar	Secretaria Executiva	RFB

### Pauta da Reunião:

- Resultado dos indicadores que compõem o IEI no 1º Trimestre de 2026;
- Apresentação sobre proposta do Sindifisco Nacional;
- Deliberações.

### Resumo da Reunião:

1. Aberta a reunião, o Subsecretário de Gestão Corporativa, Juliano Neves, cumprimentou os membros e apresentou os resultados dos indicadores que compõem o BEP relativos ao 1º trimestre de 2026, bem como a comparação trimestral interanual e a série histórica desde 2023, na forma dos quadros abaixo colacionados.

### Resultado dos indicadores no 1º Trimestre de 2026

Indicador	Resultado	Meta	Contribuição	Contribuição Ajustada	Ponderação	C x P
I Indicador de Resultado das Ações de Cobrança (Bilhões R\$)	54,4761	45,7700	1,1902	1,0500	0,0900	0,0945
II Índice de Ações de Cidadania Fiscal	105,0000	100,0000	1,0500	1,0500	0,0700	0,0735
III Estoque dos Pedidos de Restituição, Ressarcimento e Reembolso	89,3608	95,0000	1,0594	1,0500	0,0900	0,0945
IV Indicador Global de Conformidade da Fiscalização	102,2612	100,0000	1,0226	1,0226	0,2500	0,2577
V Tempo Médio dos Processos Administrativos Fiscais Prioritários em Contencioso de 1ª Instância	188,3287	180,0000	0,9537	0,9537	0,0900	0,0858
VI Tempo Médio dos Processos Administrativos Fiscais em Contencioso de 1ª e 2ª Instâncias na RFB	529,1656	588,0000	1,1001	1,0500	0,0800	0,0840
VII Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Consulta Externa Aguardando Solução	187,1863	200,0000	1,0641	1,0500	0,0800	0,0840
VIII Grau de Fluidez no Despacho de Importação - Todos os Canais	95,6045	96,2500	0,9933	0,9933	0,2500	0,2483
						<b>1,0203</b>

IX Arrecadação (milhões R\$)	751942	749365	1,0034			1,0034
------------------------------	--------	--------	--------	--	--	--------

**IEI** **1,0238**



### Quadro comparativo 1º Trimestre de 2025 / 1º Trimestre de 2026

	Indicador	1º Trimestre 2025			1º Trimestre 2026		
		Resultado	Meta	%	Resultado	Meta	%
I	Indicador de Resultado das Ações de Cobrança	42,75	43,85	97,48	54,47	45,77	119,02
II	Índice de Ações de Cidadania Fiscal	105,00	100,00	105,00	105,00	100,00	105,00
III	Estoque dos Pedidos de Restituição, Ressarcimento e Reembolso	x	x	x	89,36	95,00	105,94
IV	Indicador Global de Conformidade da Fiscalização	101,35	100,00	101,35	102,26	100,00	102,26
V	Tempo Médio dos Processos Administrativos Fiscais Prioritários em Contencioso de 1ª Instância	193,46	180,00	92,52	188,32	180,00	95,37
VI	Tempo Médio dos Processos Administrativos Fiscais em Contencioso de 1ª e 2ª Instâncias na RFB	636,38	642,00	100,88	529,16	588,00	110,01
VII	Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Consulta Externa Aguardando Solução	222,76	200,00	88,62	187,18	200,00	106,41
VIII	Grau de Fluidez no Despacho de Importação - Todos os Canais	83,40	96,25	86,65	95,60	96,25	99,33
				<b>95,46%</b>			<b>102,03 %</b>
IXI	Arrecadação (milhões R\$)	683.616,00	701.300,00	97,48%	751.942,00	749.365,00	100,34%
IEI				<b>93,05%</b>			<b>102,38%</b>

### Histórico trimestral dos indicadores 4T2023 – 1T2026

Indicador	Histórico por trimestre										
	23 4T	24 1T	24 2T	24 3T	24 4T	25 1T	25 2T	25 3T	25 4T	26 1T	MÉDIA
Indicador de Resultado das Ações de Cobrança	113,52%	126,91%	123,48%	120,56%	121,62%	97,48%	99,79%	98,66%	101,19%	119,02%	112,22%
Índice de Ações de Cidadania Fiscal	290,82%	201,92%	129,11%	124,88%	118,18%	105,00%	105,00%	104,50%	105,00%	105,00%	138,94%
Estoque dos Pedidos de Restituição, Ressarcimento e Reembolso							100,34%	96,01%	90,44%	105,94%	98,18%
Indicador Global de Conformidade da Fiscalização	92,45%	99,78%	105,20%	104,26%	105,50%	101,35%	93,39%	96,54%	94,16%	102,26%	99,49%
Tempo Médio dos PAF Prioritários em Contencioso de 1ª Instância	62,50%	102,05%	106,45%	107,07%	101,82%	92,52%	76,79%	83,31%	91,90%	95,37%	91,98%
Tempo Médio dos PAF em Contencioso de 1ª e 2ª Instâncias na RFB	103,70%	96,86%	101,00%	103,75%	104,59%	100,88%	105,62%	103,87%	103,19%	110,01%	103,35%
Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Consulta Externa Aguardando Solução	66,77%	72,30%	83,28%	98,23%	85,09%	88,62%	85,30%	98,21%	113,90%	106,41%	89,81%
Grau de Fluidez no Despacho de Importação - Todos os Canais	91,61%	88,72%	102,96%	103,40%	98,65%	86,65%	83,49%	94,32%	99,84%	99,33%	94,90%
Arrecadação Federal	96,96%	96,93%	96,92%	97,51%	98,13%	97,48%	100,12%	98,51%	98,19%	100,34%	98,11%

2. Na sequência, Juliano Neves apresentou a síntese de estudo elaborado pelo Sindifisco Nacional, no qual a entidade propõe a revisão de determinados aspectos da sistemática de funcionamento do Bônus.

3. A palavra foi concedida ao Presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real, que passou a defender cada um dos pontos reproduzidos a seguir:

- Defasagem temporal e ausência de correção monetária na base de cálculo do bônus;
- Necessidade de modificação na maneira como são calculados os indicadores de eficiência institucional que balizam a aferição do Bônus;
- Necessidade de rever a redução da margem de compensação promovida pela Resolução CGPP 7, de 2025;
- Subteto e Acúmulo de Valores no Fundaf.

4. Em seguida o representante do Sindifisco Nacional encerrou sua participação e se ausentou da reunião.



5. Após discussões sobre os pontos trazidos pelo estudo formulado pelo Sindifisco Nacional, o CGPP deliberou da seguinte forma:
6. Sobre a alegação de defasagem temporal e ausência de correção monetária na base de cálculo do bônus, o Comitê entendeu que a proposta demandaria aprofundamento de sua pertinência e alteração no decreto que regulamenta o BEP, além de estar limitada a imposições do ciclo orçamentário. Assim, o CGPP concluiu por não realizar alterações sobre esta matéria.
7. Em relação ao tópico que trata da maneira como são calculados os indicadores de eficiência institucional que balizam a aferição do Bônus, o CGPP concluiu pela manutenção do indicador de arrecadação da forma que funciona atualmente. O CGPP avaliou a relevância do indicador de arrecadação, reconhecida durante todo o processo de regulamentação do BEP e, inclusive, retratada no Decreto nº 11.545, de 2023, o que justifica que ele possua destaque frente aos demais.
8. Sobre a proposta de revisão da margem de compensação entre indicadores promovida pela Resolução CGPP nº 7, de 2025, o CGPP, considerando a maturidade do modelo materializada na convergência do resultado dos indicadores em torno de uma normalidade, concluiu pelo retorno da compensação entre os indicadores a 1,15, já com efeitos para o 2º Trimestre de 2026.
9. Em relação ao último ponto apresentado no estudo da entidade sindical relacionado ao Subteto e Acúmulo de Valores no Fundaf, o CGPP ponderou que a proposta altera de maneira relevante os mecanismos orçamentários subjacentes ao BEP, bem como a relação entre produtividade alcançada e efetiva remuneração. Assim, concluiu pela manutenção do modelo atual.
10. Feitos os entendimentos, cumpre destacar que o CGPP considera possível que os temas em que não foram deliberadas alterações possam vir a ser rediscutidos, à luz de novos elementos que tenham o condão de suplantar as preocupações externadas.
11. Não havendo outras questões a serem tratadas, a reunião foi encerrada.